

# TCU suspende licitação de Barra do Riacho

Devido a irregularidades, Codesa vai reformular o processo do novo terminal

GUSTAVO BELESA

O Tribunal de Contas da União determinou à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) a anulação do processo licitatório para construção do terminal portuário de grãos líquidos no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz. O edital foi publicado em 2000 e, segundo o TCU, possui diversas irregularidades em seu conteúdo.

O pedido de anulação foi feito por uma representação formulada pelo Sindicato da Guarda Portuária do Espírito Santo (Sindguapor), com base na Lei nº 8.666/93 (de licitações), contra irregularidades praticadas pela Codesa na Concorrência número 004/2000.

O Tribunal publicará a decisão do ministro-relator, Marcos Vinícios Vilaça, no Diário Oficial da União e em seguida encaminhará o processo à Secretaria de Controle do TCU no Espírito Santo para notificar a Codesa. A tramitação deve durar, pelo menos, 15 dias.

## Alternativa

A obra de construção do terminal de grãos líquidos é avaliada em R\$ 38,48 milhões e recebeu propostas de três empresas interessadas na execução do serviço: Carioca Christiani-Nielsen Engenharia, Norberto Odebrecht e Serveng-Civilsan.

A suspensão do processo,



Arquivo

## Obras

Com a anulação da licitação e a possibilidade de lançar outro edital, a Codesa poderá transformar a área do porto em referencial petrolífero

no entanto, abre a possibilidade de reformular o projeto de ampliação do Porto de Barra do Riacho, desta vez incluindo a instalação de pólo de atividades marítimas voltado à construção e montagem de plataformas de petróleo.

O presidente da Codesa, Henrique Zimmer, disse que não foi notificado oficialmente sobre a suspensão do edital de Barra do Riacho. Ele disse que quer conhecer o processo para se manifestar.

Entretanto, Zimmer resalta que a Codesa quer participar do desenvolvimento do Estado e fará o possível para viabilizar a implantação de um pólo marítimo voltado à indústria do petróleo no porto público. “É um desejo dos governos federal e estadual a expansão das atividades portuárias. Mas para isso

temos que obedecer a legislação de concessão, de licitação e de modernização dos portos”, salientou.

Na prática, isso acarretará na reformulação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZP) e adequá-lo à legislação. Além do estaleiro para o setor petrolífero, orçado em R\$ 150 milhões, a Codesa tem o projeto de construção, em Barra do Riacho, do terminal de contêineres e de carga geral, avaliado em R\$ 160 milhões.

“Há empresas interessadas nessa área, que é disponível e virgem. Nesse sentido, a Codesa fará o esforço para que o investimento seja no Estado e, se for possível, na área pública”, reforçou Zimmer.

Na próxima terça-feira, o Conselho de Autoridade Portuária se reunirá para definir a

conclusão das dragagem do canal de acesso ao Porto de Vitória, às 9 horas, no auditório da Codesa.

## Dragagem

Segundo Zimmer, será discutido a forma de conclusão da dragagem, buscando alternativas com recursos federais ou pela iniciativa privada. “Desde que não seja cobrado ônus do Governo, que não pode oferecer essa possibilidade”, avisou o presidente da Codesa.

De acordo com ele, faltam 10% da obra para terminar a dragagem, sendo que existe uma parte mais urgente e outra que pode ser feita posteriormente. “Se a Codesa tiver que investir, será realizado um novo projeto e aberto uma nova licitação”, informou.